

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

CONCURSO PÚBLICO  
Período da Manhã

**ANALISTA DE PROCURADORIA**

Nome:

Assinatura:

Data:

**▲ ATENÇÃO!**

***Leia atentamente as instruções constantes na capa do seu caderno de questões.***

- ✓ Este **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla escolha com apenas uma resposta correta.
- ✓ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- ✓ Leia atentamente a questão no caderno, escolha a alternativa que julgar correta e transcreva para o **Cartão de Respostas**.
- ✓ Ao receber o **Cartão de Respostas** você deve:
  - a) conferir seu nome e assinar no espaço reservado com caneta esferográfica azul ou preta;
  - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- ✓ Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
  - c) portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como qualquer tipo de chapelaria;
- ✓ Não será permitida a troca da folha de resposta por erro do candidato.
- ✓ Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de resposta;
- ✓ Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- ✓ As provas objetivas terão duração de 03h00min, incluídos nesse tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- ✓ O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos.
- ✓ Deverão permanecer na sala os 2 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova para assinarem o lacre de fechamento.
- ✓ Ao terminar a sua prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**, podendo levar consigo o **Caderno de Questões** a partir dos últimos 30 (trinta) minutos do tempo destinado à realização do Exame. Não esqueça seus pertences.
- ✓ Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.
- ✓ **Os sanitários poderão ser utilizados somente durante o período de realização de sua prova.**
- ✓ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

---

01. Pronome é uma palavra que denota os seres ou se refere a eles. Em apenas uma alternativa abaixo, o pronome destacado deve ser classificado gramaticalmente como Pronome adjetivo indefinido. Indique-o:

- a.( ) Quero saber **quanto** irei lucrar.
- b.( ) **Certas** pessoas não merecem o devido respeito.
- c.( ) **Aquelas** pessoas não merecem o devido respeito.
- d.( ) O acidente apertou **meu** coração.

02. Somente em uma alternativa abaixo, a posição do pronome destacado na oração deve ser classificada como Próclise. Indique a alternativa correta:

- a.( ) Garota, comporte-**se** adequadamente.
- b.( ) Por favor, sirva-**me** um café.
- c.( ) Apaixonar-**nos**-íamos outras vezes?
- d.( ) Certas críticas sociais **me** aborrecem!

03. O Novo Acordo Ortográfico propõe mudanças na acentuação gráfica de algumas palavras. Conforme tal acordo, apenas uma palavra deixa de receber acento gráfico. Indique-a:

- a.( ) Néctar
- b.( ) Faisca
- c.( ) Contribuinte
- d.( ) Anéis

04. Apenas uma palavra abaixo apresenta incorreção em sua grafia. Indique-a:

- a.( ) Indiscernível
- b.( ) Inextinguível
- c.( ) Incipiente
- d.( ) Indivísível

05. Indique a classificação da conjunção em destaque no período: “Respeite minhas opiniões **para que** possa também respeitar as suas opiniões”:

- a.( ) Conjunção subordinativa final
- b.( ) Conjunção subordinativa integrante
- c.( ) Conjunção subordinativa causal
- d.( ) Conjunção subordinativa conformativa

06. A oração destacada: “Não temos chuva **desde que o inverno começou**”, deve ser classificada como uma:

- a.( ) Oração subordinada adverbial concessiva
- b.( ) Oração subordinada adverbial condicional
- c.( ) Oração subordinada adverbial temporal
- d.( ) Oração subordinada adverbial causal

07. Em apenas uma alternativa abaixo, a palavra presente foi formada pelo processo de sufixação. Indique tal palavra:

- a.( ) Triângulo
- b.( ) Extensão
- c.( ) Verminose
- d.( ) Onisciente

08. Indique corretamente a classificação do sujeito na oração: “Não deve haver muitos ganhadores em certas loterias”.

- a.( ) Sujeito composto
- b.( ) Sujeito simples
- c.( ) Sujeito indeterminado
- d.( ) Sujeito inexistente

09. “Muitos cidadãos consideram o atual governo **incompetente**”. O termo destacado na oração, deve ser sintaticamente classificado como:

- a.( ) Predicativo do objeto direto
- b.( ) Predicativo do sujeito
- c.( ) Complemento nominal
- d.( ) Objeto direto

10. A transitividade do verbo na oração: “Espero-te na saída da prova”, é de um:

- a.( ) Verbo transitivo indireto
- b.( ) Verbo intransitivo
- c.( ) Verbo transitivo direto
- d.( ) Verbo transitivo direto e indireto

---

## MATEMÁTICA

---

11. Uma empresa de logística possui três tipos de veículos: motocicletas, furgões e caminhões. A frota total é composta por 80 veículos. A soma do número de furgões e caminhões é igual ao triplo do número de motocicletas. Além disso, a quantidade de caminhões excede o número de motocicletas em 12 unidades. O valor total da frota, considerando que cada motocicleta custa R\$15.000,00, cada furgão R\$80.000,00 e cada caminhão R\$180.000,00, é de:

- a.( ) R\$5.860.000,00.
- b.( ) R\$8.940.000,00.
- c.( ) R\$4.720.000,00.
- d.( ) R\$8.300.000,00.

12. Um investidor aplicou um capital de R\$30.000,00 a juros simples, obtendo um montante de R\$35.400,00 após 18 meses. Se ele tivesse aplicado a mesma taxa de juros a um capital diferente por um período de 14 meses e 15 dias, o montante final seria de R\$41.998,60. O valor do segundo capital investido é de:

- a.( ) R\$35.000,00.
- b.( ) R\$36.680,00.
- c.( ) R\$38.860,00.
- d.( ) R\$40.000,00.

13. Uma equipe de 15 operários, trabalhando 8 horas por dia, pavimentou 1200 metros de uma estrada em 18 dias. Uma segunda equipe, com o dobro do número de operários, trabalhando metade das horas diárias, concluiu uma pavimentação de 900 metros de uma estrada com um grau de dificuldade 25% menor. A quantidade de dias que a segunda equipe levou para concluir a pavimentação é de:
- 10 dias e 3 horas.
  - 15 dias.
  - 18 dias.
  - 32 dias.
14. Em um concurso público, a razão entre o número de candidatos aprovados e o número de candidatos eliminados foi de 5 para 8. O total de candidatos que realizaram a prova foi de 2600. Se a razão entre os candidatos homens e mulheres aprovados foi de 3 para 2, e sabendo que 550 mulheres foram eliminadas, a quantidade de candidatos do sexo masculino que foram aprovados é de:
- 600.
  - 650.
  - 700.
  - 750.
15. Em uma exposição, um artista concebeu uma instalação de arte visual onde quadros foram dispostos em um formato de grade. A disposição inicial consistia em um arranjo quadrado, com um total de  $n$  quadros em cada uma das  $n$  linhas. Para melhor aproveitar o espaço disponível no salão, o artista reorganizou a instalação, adicionando 7 linhas à formação inicial, mas mantendo inalterado o número de quadros em cada linha. O novo arranjo totalizou 170 quadros. O número de quadros em cada linha, na formação final, era de:
- 9.
  - 10.
  - 11.
  - 12.
16. Uma auditoria financeira analisou o fluxo de caixa de uma empresa ao longo de seis meses, registrando os saldos de cada período como valores inteiros que representam superávits (valores positivos) ou déficits (valores negativos). No primeiro bimestre, a empresa registrou um superávit de R\$12.000,00 e um déficit de R\$7.500,00. No segundo bimestre, o superávit foi o triplo do superávit do primeiro bimestre, enquanto o déficit foi o dobro do déficit do primeiro bimestre. O terceiro e último bimestre, por sua vez, registrou um novo superávit de R\$9.500,00. O saldo final de todo o período de seis meses, após somar todos os superávits e subtrair todos os déficits, foi um déficit de R\$2.000,00. O valor do saldo de caixa do sexto mês, que foi o único período a ter um déficit no último bimestre, corresponde a:
- R\$30.500,00.
  - R\$35.000,00.
  - R\$37.000,00.
  - R\$40.200,00.
17. Um engenheiro de telecomunicações precisa calcular a potência de um sinal em um determinado ponto de uma rede, utilizando a expressão  $\frac{\frac{\sqrt{3} + \sqrt{27}}{\sqrt{12} + 2\sqrt{3}}}{\frac{\sqrt{48}}{4\sqrt{3}}}$ . O valor exato desta potência, após a simplificação e racionalização da expressão, é de:
- 2.
  - 3.
  - 4.
  - 5.
18. Sejam números inteiros  $a$  e  $b$  tais que  $a + b = 11$  e  $ab = 24$ . O valor de  $a^3 + b^3$  corresponde a:
- 527.
  - 515.
  - 563.
  - 539.
19. Uma agência de viagens cobra de seus clientes um valor fixo de R\$50,00 mais R\$1,50 por quilômetro rodado em um city tour. O valor total pago por um cliente,  $V(x)$ , é uma função do número de quilômetros rodados,  $x$ . Um grupo de 14 turistas contratou um city tour e o valor total por turista foi de R\$175,00. A quantidade de quilômetros rodados durante o tour foi de:
- 1.500 km.
  - 1.550 km.
  - 1.600 km.
  - 1.650 km.
20. Um item tem preço-base  $P$ . Sobre  $P$ , aplicam-se sucessivamente: acréscimo de 25%, desconto de 20% e incidência final de 10% de imposto. O preço pago ao fim, após todos os ajustes, é R\$770,00. O valor de  $P$  corresponde a:
- R\$700,00.
  - R\$680,00.
  - R\$660,00.
  - R\$720,00.

---

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

21. A teoria da tripartição dos poderes, concebida como um dos pilares do Estado Democrático de Direito, estabelece a distribuição de funções estatais a órgãos distintos e independentes. No entanto, a rigidez dessa separação é mitigada pela existência de um sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*).

Aponte a alternativa que descreve corretamente uma manifestação desse sistema no ordenamento constitucional brasileiro:

- a. ( ) A edição de Medidas Provisórias pelo Presidente da República, que representa uma função legislativa atípica do Poder Executivo, sujeita à posterior aprovação do Congresso Nacional.
- b. ( ) A nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República, um ato de natureza administrativa que não depende de qualquer manifestação de outro Poder.
- c. ( ) O julgamento de crimes de responsabilidade do Presidente da República pelo Supremo Tribunal Federal, que exerce controle jurisdicional sobre os atos do chefe do Poder Executivo.
- d. ( ) A possibilidade de o Poder Judiciário anular leis aprovadas pelo Congresso Nacional com base em vício de inconstitucionalidade material, sem que o Legislativo possa reverter essa decisão.

**22.** A interpretação constitucional contemporânea lida frequentemente com situações de aparente conflito entre normas de mesma hierarquia, como a colisão entre direitos fundamentais. A hermenêutica fornece princípios-guia para que o intérprete solucione tais tensões sem hierarquizar abstratamente os direitos em jogo. Diante de um caso concreto que envolva a tensão entre a liberdade de imprensa e o direito à intimidade, aponte o princípio hermenêutico que deve orientar a decisão judicial:

- a. ( ) Princípio do Efeito Integrador, que determina a prevalência dos direitos coletivos sobre os direitos individuais em qualquer circunstância.
- b. ( ) Princípio da Máxima Efetividade, que exige que a norma com maior aplicabilidade fática seja aplicada em sua plenitude, ainda que isso anule a outra norma constitucional.
- c. ( ) Princípio da Concórdância Prática ou da Harmonização, que busca coordenar e otimizar a aplicação dos bens jurídicos em conflito, evitando o sacrifício total de um em detrimento do outro.
- d. ( ) Princípio da Unidade da Constituição, que impõe a interpretação das normas de forma isolada para preservar suas particularidades textuais.

**23.** O Poder Constituinte é a manifestação soberana que estabelece a Constituição de um Estado, organizando seus elementos essenciais e definindo os limites do poder político. A doutrina o classifica, fundamentalmente, em Originário e Derivado, cada qual com natureza e limites distintos. Com base nessa teoria, aponte a afirmativa que define corretamente o Poder Constituinte Originário:

- a. ( ) É um poder condicionado e secundário, pois se submete às limitações materiais e procedimentais expressamente previstas no texto constitucional.
- b. ( ) É um poder inicial, autônomo e juridicamente ilimitado, pois não se fundamenta em nenhuma outra ordem jurídica senão em si mesmo.
- c. ( ) É um poder que tem como única função a reforma da Constituição por meio de emendas, sendo subordinado às cláusulas pétreas.
- d. ( ) É um poder de fato, porém limitado pelos princípios do direito internacional e pelas constituições de outros Estados.

**24.** O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade evoluiu de um modelo puramente difuso, adotado na Primeira República, para o atual sistema híbrido. A Constituição Federal de 1988 foi o marco fundamental na consolidação e ampliação do controle concentrado em abstrato. Considerando essa evolução histórica, aponte a principal inovação trazida pela Constituição de 1988 no que tange à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI):

- a. ( ) A instituição do controle concentrado de constitucionalidade, que era inexistente no ordenamento jurídico anterior, sendo uma criação originária da nova Carta.
- b. ( ) A atribuição de efeitos vinculantes e *erga omnes* às decisões proferidas em sede de ADI, que antes possuíam eficácia apenas *inter partes*.
- c. ( ) A exigência de repercussão geral como requisito de admissibilidade para o ajuizamento da ação, visando filtrar as demandas levadas ao Supremo Tribunal Federal.
- d. ( ) A ampliação significativa do rol de legitimados ativos para a propositura da ação, democratizando o acesso à jurisdição constitucional abstrata.

**25.** O mandado de injunção é um remédio constitucional destinado a combater a ineficácia de normas constitucionais por inércia do poder público. Sua utilização, no entanto, depende da conjugação de pressupostos específicos delineados no texto constitucional. Com base no Art. 5º, LXXI, da Constituição Federal, aponte a hipótese que autoriza o ajuizamento do mandado de injunção:

- a. ( ) A violação direta de um direito fundamental por parte de um particular, em uma relação privada sem a participação do Estado.
- b. ( ) A ausência de lei complementar que impede um servidor público de exercer seu direito constitucional à aposentadoria especial.

- c. ( ) A existência de um ato coator de autoridade pública que fere direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- d. ( ) A falta de regulamentação de um direito previsto exclusivamente em lei ordinária, dificultando sua aplicação pela administração pública.

**26.** O processo legislativo de conversão de Medidas Provisórias em lei foi significativamente alterado pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que instituiu um rito procedimental específico no âmbito do Congresso Nacional. Com base nos parágrafos 8º e 9º do Art. 62 da Constituição Federal, aponte a sequência correta de tramitação de uma Medida Provisória:

- a. ( ) Exame e parecer por uma comissão mista de Deputados e Senadores, seguido de apreciação pelo plenário da Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo plenário do Senado Federal.
- b. ( ) Exame e parecer por uma comissão mista, seguido de apreciação pelo plenário do Senado Federal e, somente após, pela Câmara dos Deputados, na condição de Casa revisora.
- c. ( ) Apreciação direta pelo plenário da Câmara dos Deputados, que, se aprovar, remete a matéria para uma comissão mista de Deputados e Senadores emitir parecer.
- d. ( ) Exame por comissões temáticas separadas em cada Casa e, ao final, apreciação em sessão conjunta do Congresso Nacional para deliberação única.

**27.** O Direito Administrativo brasileiro, por não ser codificado, estrutura-se a partir de um conjunto heterogêneo de fontes. Embora a lei seja a fonte primária em decorrência do princípio da legalidade, outras fontes desempenham papel crucial na conformação da disciplina e na orientação da atuação da Administração Pública. Considerando a teoria das fontes do Direito Administrativo, aponte a afirmativa que descreve corretamente a natureza e a função da jurisprudência:

- a. ( ) Consiste no estudo sistemático e científico dos institutos do Direito Administrativo pelos juristas, cuja função é meramente didática e de inspiração para o legislador e para os magistrados.
- b. ( ) Trata-se de uma fonte meramente informativa, cujas decisões aplicam-se às partes do processo (*inter partes*), não possuindo qualquer capacidade de uniformizar o entendimento administrativo de forma cogente.
- c. ( ) É considerada uma fonte secundária que, por meio da reiteração de decisões judiciais, consolida a interpretação da lei e que, excepcionalmente, pode adquirir força vinculante para

toda a Administração Pública, como no caso das Súmulas Vinculantes do STF.

- d. ( ) É uma fonte primária do Direito Administrativo, com força hierárquica superior à lei ordinária, pois representa a vontade concreta e final do Poder Judiciário na solução dos conflitos.

**28.** A classificação dos atos administrativos em espécies é fundamental para a compreensão de seu regime jurídico, especialmente no que tange ao grau de liberdade do agente público e ao direito subjetivo do particular. Dentre os atos de consentimento da Administração, a doutrina distingue aqueles que são vinculados e aqueles que são discricionários. Considerando um particular que preencheu todos os requisitos legais objetivos para a construção de um imóvel em área urbana, aponte a espécie e a natureza do ato administrativo pelo qual o Município permitirá a obra:

- a. ( ) Licença, por se tratar de um ato administrativo vinculado, no qual a Administração não possui margem de escolha diante do cumprimento das exigências legais pelo interessado.
- b. ( ) Autorização, por ser um ato discricionário e precário, que pode ser revogado a qualquer tempo por motivo de interesse público superveniente.
- c. ( ) Permissão, por configurar um ato unilateral pelo qual a Administração faculta o uso privativo de um bem público, de forma discricionária.
- d. ( ) Parecer, por se tratar de um ato enunciativo que apenas opina sobre a viabilidade técnica do projeto, sem vincular a decisão final da autoridade.

**29.** A Lei nº 14.133/2021 estabelece os conceitos fundamentais aplicáveis aos processos de licitação e contratação. Com base no Art. 6º, LVIII, aponte a definição literal de "reajustamento em sentido estrito":

- a. ( ) Modo de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato que consiste na aplicação de índices de preços gerais, que devem retratar a variação presumida do custo de produção, vedada a adoção de índices específicos ou setoriais.
- b. ( ) Forma de alteração do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação de novo índice de correção, que deve retratar a variação do custo da mão de obra, admitida a adoção de índices regionais.
- c. ( ) Modo de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro de contrato que consiste na aplicação de índice de variação

cambial previsto no edital, que deve retratar o custo de importação, admitida a repactuação anual dos valores.

- d. ( ) Forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

**30.** De acordo com o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o processo de licitação deve observar fases específicas em ordem sequencial. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essas fases:

- a. ( ) divulgação do edital, preparatória, julgamento, habilitação, propostas e lances, recursal e homologação.  
b. ( ) preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recursal e homologação.  
c. ( ) propostas e lances, divulgação do edital, preparatória, habilitação, julgamento, recursal e homologação.  
d. ( ) preparatória, habilitação, divulgação do edital, julgamento, propostas e lances, recursal e homologação.

**31.** O Art. 2.038 do Código Civil proíbe a constituição de novas enfiteuses, mas regula as existentes, impondo vedações específicas. Com base no parágrafo 1º do referido artigo, aponte uma proibição expressa nas transmissões de bens aforados:

- a. ( ) Constituir subenfiteuse, salvo se houver consentimento expresso do senhorio direto no ato da transmissão.  
b. ( ) Exigir o pagamento de laudêmio sobre o valor do terreno, ainda que não existam construções ou plantações.  
c. ( ) Cobrar laudêmio ou prestação análoga nas transmissões de bem aforado, sobre o valor das construções ou plantações.  
d. ( ) Cobrar laudêmio ou prestação análoga nas transmissões de bem aforado, sobre o valor venal total do imóvel.

**32.** O Art. 10 do Código Civil estabelece um rol de atos da vida civil que devem ser averbados em registro público para plena eficácia e publicidade. Com base nos incisos I e II do referido artigo, aponte a hipótese que corresponde exatamente a uma das previsões legais de averbação obrigatória:

- a. ( ) Das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.  
b. ( ) Das decisões judiciais ou administrativas que declararem a nulidade do casamento, o divórcio, a separação consensual e o restabelecimento da união estável.

- c. ( ) Dos atos judiciais que declararem ou reconhecerem a filiação, excluindo-se os atos extrajudiciais realizados diretamente em cartório.

- d. ( ) Das sentenças que decretarem a interdição, a tutela ou a curatela, bem como os atos judiciais que as modificarem ou extinguírem.

**33.** O Código Civil brasileiro estabelece no artigo 2.038, § 1º, restrições específicas para os contratos de aforamento regulamentados pela legislação. Identifique as vedações expressamente previstas neste dispositivo legal:

- a. ( ) Alterar unilateralmente o valor do foro anual sem prévia notificação judicial.  
b. ( ) Cobrar laudêmio sobre o valor das construções ou plantações e constituir subenfiteuse.  
c. ( ) Transferir o domínio útil sem anuência expressa do senhorio direto do bem aforado.  
d. ( ) Estabelecer prazo de aforamento inferior a noventa anos para bens imóveis urbanos.

**34.** O Código de Processo Civil estabelece no artigo 346 regras específicas sobre contagem de prazos processuais para réus em situação de revelia. Determine como fluem os prazos contra o revel que não possui patrono constituído nos autos:

- a. ( ) Os prazos fluem da data de intimação pessoal por meio de oficial de justiça.  
b. ( ) Os prazos fluem da data de juntada aos autos do mandado de citação cumprido.  
c. ( ) Os prazos fluem da data de publicação do ato decisório no órgão oficial de imprensa.  
d. ( ) Os prazos fluem da data de protocolo da petição inicial no cartório do juízo competente.

**35.** A Lei nº 4.717/1965 estabelece providências a serem tomadas no curso do processo de Ação Popular quando constatadas certas ilicitudes. Conforme o Art. 15 da referida lei, aponte a medida a ser determinada pelo juiz caso fique provada a prática de falta disciplinar punível com demissão:

- a. ( ) Intimar o autor da ação para que promova a remessa de cópia das peças necessárias às autoridades competentes para a investigação.  
b. ( ) Decretar, na própria sentença da ação popular, a demissão do agente público, aplicando diretamente a sanção administrativa cabível.

- c. ( ) Determinar, mediante provocação do Ministério Público, a remessa de cópias para apuração de qualquer tipo de infração penal ou disciplinar.
- d. ( ) Determinar, "ex-officio", a remessa de cópia autenticada das peças necessárias às autoridades competentes para a aplicação da sanção.

**36.** A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece no artigo 191 as formas de eliminação ou neutralização da insalubridade no ambiente laboral. Determine as hipóteses previstas para eliminação ou neutralização da insalubridade conforme este dispositivo:

- a. ( ) Concessão de adicional de insalubridade e redução da jornada de trabalho em ambientes nocivos.
- b. ( ) Transferência do trabalhador para local salubre e pagamento de indenização por danos à saúde.
- c. ( ) Adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites de tolerância e utilização de equipamentos de proteção individual.
- d. ( ) Implementação de programas de medicina ocupacional e realização de exames médicos periódicos dos trabalhadores.

**37.** Um fiscal municipal, durante uma inspeção, constata que um restaurante de propriedade de um amigo de infância não possui o alvará sanitário exigido por lei. Diante da infração, a legislação determina a interdição imediata do estabelecimento. Contudo, movido unicamente pelo sentimento de amizade e com o intuito de não prejudicar o colega, o fiscal deixa de praticar o ato de interdição, lavrando apenas uma notificação educativa. A conduta do fiscal se amolda ao tipo penal de:

- a. ( ) Concussão.
- b. ( ) Prevaricação.
- c. ( ) Corrupção passiva.
- d. ( ) Condescendência criminosa.

**38.** Um analista de uma agência reguladora federal, aproveitando-se do livre trânsito e do prestígio que seu cargo lhe proporciona, dirige-se a um colega de outro setor e solicita celeridade na análise de um processo de licenciamento de uma empresa pertencente a seu cunhado. O analista não pede qualquer ato ilegal, apenas que o processo, que preenche os requisitos, seja apreciado com prioridade. A conduta do analista se amolda ao tipo penal de:

- a. ( ) Advocacia administrativa.
- b. ( ) Tráfico de influência.
- c. ( ) Corrupção passiva.
- d. ( ) Prevaricação.

**39.** O Art. 19 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece as formas e os prazos para que o controlador atenda à requisição de um titular que deseja acessar seus dados pessoais. Conforme o referido artigo, aponte a descrição correta do procedimento para o fornecimento de uma declaração completa sobre o tratamento de dados:

- a. ( ) Em formato simplificado, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro e os critérios utilizados, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias do requerimento.
- b. ( ) Por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados e os critérios utilizados, fornecida imediatamente após o requerimento do titular.
- c. ( ) Em formato simplificado, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro e a finalidade do tratamento, fornecida no prazo de até 30 (trinta) dias.
- d. ( ) Por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados e os critérios utilizados, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

**40.** O Código de Ética e Disciplina da Advocacia estabelece no artigo 4º diretrizes específicas para advogados em determinadas relações contratuais. Identifique o dever fundamental do advogado vinculado por relação empregatícia ou contrato de prestação permanente de serviços:

- a. ( ) Priorizar os interesses econômicos da empresa sobre os princípios éticos da advocacia.
- b. ( ) Aceitar incondicionalmente todas as demandas apresentadas pelo departamento jurídico.
- c. ( ) Zelar pela sua liberdade e independência profissional no exercício da advocacia.
- d. ( ) Submeter todas as decisões técnicas à aprovação prévia do empregador ou contratante.